

Quilombo Muquém, uma comunidade visível?

Clara Suassuna Fernandes*

EXPLICAÇÃO

A pesquisa teve como propósito inicial apresentar como vive a comunidade remanescente de um quilombo, MUQUÉM, localizada aos pés da Serra da Barriga, em União dos Palmares (AL) e que, muitas vezes, não é vista como extensão de um povo afro-descendente, por estar isolada (uma estrada de difícil acesso e um rio, cuja correnteza é forte).

A coleta de dados foi feita utilizando a metodologia da história oral, executando entrevistas com o objetivo de gravar a história de vida da comunidade e como os habitantes entendiam o mito de Zumbi dos Palmares. Na época (1997), tivemos oportunidade de falar com os representantes mais velhos e coletar dados sobre as suas maiores ansiedades. Notamos que a comunidade como um todo está isolada e que isto só é quebrado quando os homens e as mulheres vão a caminho de União dos Palmares aos sábados e/ou domingos, momento em que vendem as suas panelas de barro na feira do município. Logo depois, os membros voltam aos seus lares, onde trabalham com a terra, tornando-a suave e dando formas ao que é criado através da arte ou do artesanato utilitário. Durante toda a semana ficam isolados pela própria estrada que os liga às outras localidades, devido às péssimas condições de conservação em que ela se encontra, cheia de buracos e de pedras. A estrada tem o seu encanto, mas pode ser vista de duas formas: a que liberta, mas ao mesmo tempo os prende a um mundo particular. Tal dualidade foi percebida por todos os integrantes (eu e mais dois estagiários) da pesquisa ao entrarmos em Muquém.

No caminhar da estrada, no momento de nossa primeira viagem, havia um silêncio ansioso, se assim podemos classificar, pois não sabíamos como o e moradores eram ou como estavam. Nessa andança vagarosa e cuidadosa, podemos iniciar uma montagem do perfil da comunidade quilombola tão singular.

Não podemos esquecer que Muquém é mais uma entre tantas outras comunidades existentes no país, que carrega lembranças de uma luta pela liberdade, a que tantos homens oprimidos e pobres conseguiram resistir (a uma política latifundiária/branca e desigual).

Temos que relatar tal história, pois não foi dada a ela oportunidade de ser escrita e revelada; está na memória dos seus habitantes e caso não seja contada, morrerá no silêncio de cada um. A história do povo negro está guardada na memória individual de cada um, e é dessa forma que ela vai sendo passada de geração a geração. A memória do negro precisa ser escrita, estudada e revelada pelo olhar do negro. São eles quem podem contar como vivem, quais são os sofrimentos, como cultuam seus deuses, como dançam ou como choram seus mortos. Só agora há a possibilidade de uma visualização dessa história, sem que ela esteja ligada ao processo da escravidão.

Existe a certeza de que a memória de uma sociedade como essa não está fadada a desaparecer, pois sempre haverá alguém para contar, mesmo sabendo que memória do negro, na historiografia brasileira, ainda não foi escrita, seja ela a de uma comunidade reconhecida, quilombola ou não. A história negra sempre foi guardada na memória dessa gente. Durante séculos, a memória dos negros nunca foi registrada e tratada de maneira científica, a não ser no que se referia à escravidão, mesmo assim de maneira tardia e cheia de preconceitos, se tomarmos como referência a obra de Gilberto Freyre, que na época foi vista como inovadora (1933). O negro não tinha o direito de contar a sua própria história. Talvez, seja o momento de começar a rever os nossos olhares para os quilombolas. Deixar que eles contem essa história, presa na garganta de tanta gente espalhada por esse país.

Tomamos consciência do tamanho da história dos quilombos, quando colocamos as inúmeras (milhares) comunidades existentes e visualizamos graficamente os pontos nos mapas. A história dos remanescentes cobre o Brasil por inteiro e é um lado cheio de dor e de silêncios - podemos fazer a referência do trabalho cartográfico do Prof. Rafael dos Anjos, sobre: *a África, o Brasil e os territórios dos quilombos*. Silêncios impostos por grilhões invisíveis, mas causadores de danos imensuráveis. Isso só pode ser quebrado por um grito dado por nós, pesquisadores, estudiosos, educadores, simpatizantes, pelas instituições oficiais ou não, e por todos aqueles que entendem a necessidade de ser o momento ideal para se trabalhar. O grito não será dado com a voz, mas através das ações, seja escutando e reconhecendo a história dessas comunidades, tentando dar a elas a posse da terra e/ou auxiliando na recuperação da auto-estima, melhorando a sua saúde, dando oportunidade de trabalho e de educação. Tais ações podem acontecer em conjunto, mas um primeiro passo já foi dado. Há diversos profissionais ligados às universidades trabalhando com essas comunidades, mas a mão de obra disponível e que veste a camisa, pode ser considerada ainda insuficiente para um quadro tão extenso. Às vezes, somos tomados pela paixão e as palavras não se tornam tão científicas, os sentimentos afloram deixando transparecer a tristeza, por causa de tanto massacre e desrespeito.

METODOLOGIA

Utilizamos para o trabalho entrevistas dos moradores de Muquém, gravando depoimentos dos mais velhos e das mulheres que lá residem. A prática da História Oral no Brasil foi iniciada nos anos de 1970, e largamente utilizada por nós historiadores, já que não há registros oficiais sobre a temática. A História Oral forma fonte primária, mas é sustentada pela metodologia e pela utilização de material bibliográfico / teórico sobre o tema proposto.

As fitas ficaram, muito tempo, intocadas, por estarmos elaborando outros estudos, mas agora há a urgência em mostrar o que nos foi contado. As mesmas fitas são transcritas de acordo com a fala do depoente, nada pode ser modificado, pois não se tem o direito de “arrumar” a fala para organizar a escrita de maneira correta. A fala faz parte da identidade de uma pessoa, a que local ela pertence ou a que etnia. Isso não se modifica, se respeita.

LOCALIZAÇÃO - MUQUÉM:

Muquém é uma comunidade de remanescentes de quilombo, que está localizada no município de União dos Palmares, zona da mata, região açucareira do Estado de Alagoas, região também que abriga a Serra da Barriga. Uma comunidade numerosa, com aproximadamente quinhentas pessoas, das quais 104 são crianças que estão freqüentando a escola. Existe o rio que alimenta a comunidade com a sua água, seja para beber ou para o trabalho - o barro que ainda existe, a matéria-prima para a cerâmica, é extraído da sua margem. Isso pode ser um fator que ajuda na invisibilidade da sociedade em relação à comunidade quilombola. Dentro da comunidade existe um posto de saúde, um telefone público- de grande serventia a todos os moradores, pois podem se comunicar com o “mundo lá fora” - palavras ditas por uma remanescente em 2005, num encontro promovido pela Secretaria das Minorias de Alagoas.

Durante muito tempo na nossa história oficial, os negros africanos ou descendentes não eram “vistos”, assim como a estrada de difícil acesso pode se tornar um instrumento que facilite tal cegueira para os outros que não querem ou não desejem ver o que é ser negro no país, um país cheio de contradições onde se defendeu até pouco tempo atrás a existência de uma democracia racial. Discurso muito difundido na mídia televisiva e jornalística. Hoje, existem programas que tentam minimizar os problemas que o mundo negro enfrenta, mas ainda serão necessários anos de conscientização e com educação para reverter tal quadro. Mesmo com essa nova etapa de luta, muita coisa precisa ser feita. Alagoas tem 46 comunidades remanescentes de quilombos, e somente 10 delas foram reconhecidas até agora. Existem inúmeros quilombos no país, mas somente poucas terras foram reconhecidas legalmente, mesmo assim com o quantitativo bem menor, se levamos em conta as terras originais dos negros, que aos poucos, foram sendo trocadas por quase nada, vendidas a preços irrisórios, ou simplesmente invadidas por pessoas inescrupulosas. A luta pela terra é feita pela força e pela arma, mesmo que ela não esteja tão clara. Os remanescentes de quilombos vêm perdendo o quantitativo de

suas terras e isso precisa ser respeitado. O Estado do Maranhão, por exemplo, é a região com o maior número de terras quilombolas catalogadas, num total de 642. Se levarmos em consideração que a nossa sociedade é na sua maioria negra e/ou parda, ainda é muito pouco o contingente de terras para abrigarmos tanta gente. Olhando o Censo/2000 e a realidade populacional negra e parda desse país, nos deparamos com uma realidade não revelada por outros órgãos oficiais: O Brasil é um país negro/pardo, mas construído dentro de um padrão de branco. Mais uma vez a história do país está sendo coberta por um pano denso e que pode nos levar a danos irreparáveis num futuro bem próximo.

Muitos estudiosos já entraram na comunidade e verificam as diferenças, mas mesmo com as mudanças do tempo há certas particularidades que permanecem perceptíveis, como se para elas o tempo parasse. Uma das mudanças é a presença do telefone, possibilitando que todos possam ultrapassar a estrada e o rio em segundos. Ao contrário das casas, que são umas próximas às outras, formando um campo de familiaridade e de irmandade, podendo ser traços de uma herança de organização social africana, reproduzida através do imaginário coletivo, uma herança aparentemente distante, mas presente na maneira de organização geográfica.

Um outro ponto, o de organização ou distribuição das casas, pode ser vista como um fator de segurança e de sobrevivência, refletindo para todos do grupo. Tal percepção pode ser analisada como uma invisibilidade por parte daqueles que não percebem que a grande maioria dos quilombolas está ainda passando fome, morrendo, sem assistência à saúde e sem atendimento educacional. Estamos reproduzindo a “cegueira” com os olhos abertos?

Há vinte cinco anos que o NEAB, em Alagoas, vem tentando reverter esse quadro sombrio; e com muito trabalho vem conseguido vitórias significativas, principalmente numa terra onde a tradição agro-açucareira ainda é tão forte - nas terras de Zumbi e tantos outros que lutaram pelo sonho da liberdade no chão da Serra da Barriga; serra que gerou a idéia da liberdade e que durante quase 100 anos guardou no seu ventre tantos indivíduos negros, que chegando ali, conseguiam ser vistos como quilombolas. Naquele momento estavam recuperando a dignidade de serem homens em terras livres, condição essa aceita só para os homens brancos.

A comunidade tem particularidades interessantes, mas tais particularidades podem fazer parte de outras localidades. Muquém é formada por homens, mulheres, crianças e por velhos, tem as suas bases comandadas pelo lado feminino, já que os homens saem do seu convívio familiar para trabalhar em terras distantes do seu local de moradia; na maioria das vezes vão trabalhar no corte e no plantio da cana de açúcar. São as mulheres que organizam a comunidade, ao mesmo tempo, a protegem. Parece-me uma organização similar com o que acontece com a comunidade de pescadores do Jaraguá (o bairro mais antigo da cidade de Maceió), quando os homens saem dos seus respectivos lares, para se lançarem ao mar. Nesse caso de Muquém, o mar é substituído pela terra alheia – a terra que não pertence ao quilombola, mas é nela que o homem trabalha, recebendo pequenos salários. As mulheres e alguns homens trabalham com o barro,

elaborando a cerâmica utilitária ou ornamental, passando ao mesmo tempo o ensinamento às crianças pequenas, que começam a mexer com a terra, elaborando pequenos objetos: bolinhas ou pequenos bonecos, enquanto as mães vão elaborando as grandes peças. É na mão deles que está a educação das crianças, pois as 104 crianças, em idade escolar, estão sob a orientação das professoras. São elas, mais uma vez, as responsáveis pela formação dos futuros moradores/trabalhadores da sociedade quilombola de Muquém.

As casas dos remanescentes ora se concentram, ora se afastam do rio, da escola, ou da casa de farinha, local onde as mulheres se reúnem para executar mais uma tarefa, tarefa essa que garante a sobrevivência de todos que ali residem. O barro e a farinha aproximam as pessoas e é quando elas pensam e se articulam enquanto grupo, apesar de serem atividades distintas. A farinha de mandioca que alimentou a todos nós no período colonial e imperial, que foi a base alimentar das etnias negras, continua sendo a base alimentar desse nordeste quilombola. A casa de farinha não é para eles um monumento exótico, mas um instrumento que garante a sobrevivência de todos. É forte a casa de farinha nas comunidades de quilombos e ela não é uma particularidade de Muquém, sua existência justifica a questão da sobrevivência. Nós temos na agricultura da mandioca a sobrevivência do índio, do negro e do branco, representada pela tapioca, pela goma, pela farinha e tantas outras formas de alimentos, o que na verdade foi e é a base alimentar do brasileiro nordestino.

Voltando a um ponto rapidamente mencionado no início do texto, a questão do isolamento, representada pela estrada:

Por que estão isolados? Por que não são dados a eles outras oportunidades? Por que gostam? A comunidade tem a sua radiografia revelada nas ações, mas para muitos que a olham de fora, pode achar estranho ou mesmo diferente, pois as grandes sociedades, ditas civilizadas, perderam esse elo de união, pelo próprio fato do crescimento urbano, ou por não acharem que essas práticas não mais combinavam com o conceito de modernidade. Assim, podem impor aos outros centros comunitários regras que não condizem com as locais. Como manter essas diferenças? Proposta bastante difícil. Portanto, precisamos estudar as comunidades, apontar as diferenças, cuidar delas, mas principalmente, tentar identificar o seu perfil, atendendo às necessidades básicas de sobrevivência, entendendo o que cada etnia tem de diferente, adequando assim os respectivos tratamentos. O país apresenta uma diversidade étnica, que não pode ser ignorada e tratada de forma romântica. Isso só pode mudar com estudos científicos sérios, com propósitos claros e objetivos. Estamos tratando de indivíduos que precisam ser vistos como seres humanos (com vontades, com desejos e com sonhos), como todas as outras etnias.

O rio é visto como um mar, um braço de mar, por ter uma correnteza forte, na visão de dona Marinalva, ceramista da comunidade. Já aconteceram casos de morte, na tentativa das pessoas atravessarem o rio, como foi o caso de sua sogra:

“É um braço do mal, a gente mora no braço do mal, perante a Deus... A gente não morremos, porque a cheia só chega pelo dia ... O rio já carregou três casas minha...” (MARINALVA: 1997).¹

Há, segundo a moradora acima citada, cheias que acontecem periodicamente, levando à morte inúmeras pessoas, e a comunidade de Muquém assiste à passagem de corpos pelo próprio leito de rio. Ele é um limite intransponível para a comunidade, devido à força das águas.

Um outro problema, ao meu ver o mais grave de todos, é que a terra do quilombola tem que ser vista e identificada de forma coletiva para se ter o reconhecimento legal, mas isso pode se tornar um grande problema, pois alguns remanescentes do quilombo compraram terras antes da lei entrar em vigor (1988), e o INCRA está tentando reconhecer tais compras como coletiva, colocando as famílias em pequenos pedaços de terra. Onde e como 50 ou 60 famílias vão morar, plantar ou garantir as suas respectivas sobrevivências? As terras originais dos quilombos têm sido diminuídas no transcorrer da história. Foram vendidas, invadidas, tomadas, para ser mais clara. O patrimônio territorial dos quilombos foi diminuindo no transcorrer do tempo e não há como recuperar o que ficou no passado, mas pode se garantir o que existe no presente. As famílias perderam suas terras, pois muitas vezes as compras e vendas eram apenas apalavradas e, nesse momento, há propostas distintas, de um lado os remanescentes desejando ter o reconhecimento das terras e do outro o INCRA, não esclarecendo exatamente o mecanismo desse reconhecimento. Ainda há um outro ponto grave, na grande maioria dos casos os quilombos estão cercados por propriedades de grandes latifundiários (particulares), que não vão reconhecer nem ceder terras aos remanescentes de quilombos, que foram paulatinamente ocupadas. Esse é um dos problemas que Muquém vive hoje e tantas outras comunidades.

Depoimentos sobre a questão da terra, dados por dois moradores que se sentem desprotegidos diante da burocracia e por um sistema de cobrança desigual e desleal:

Eu tenho vontade de ir ao INCRA, para eu ir entender lá direito. Acho que ele vai dizer: Você paga ao INCRA. Num pago..., mas pago a ela. Pago a ela, que é a dona da terra. Mas o marido acha que eu não pago.

Eu estou pagando R\$ 70,00, pagando pela terra toda, como João, o tio dela disse.

Há quanto tempo o sr. paga pela terra?

Há 33 anos. Ela nunca me dá o recibo...[o INCRA]. Ela não sabe o que é recibo. Se botar a justiça mesmo aqui, eu tenho o uso capião ... Eu não quero a terra dela. Eu queria o acordo, eu queria que ele fizesse o acordo, mas ele não quer acordo, o marido não quer acordo. Isso vai dar ruim, eu não tenho o que fazer. Eu pago

foro, meu filho!... O marido dela é que faz a briga. Não é melhor se aquietar? Eu não quero questão (MANUEL PEDRO: 1997).

Temos uma herança latifundiária forte e mudar a forma de pensamento da estrutura dominante política e econômica é uma ação de caráter demorado e é extremamente complexa. Não há como esperar que isso aconteça naturalmente. Qual o procedimento possível? Acreditamos que trabalhos de visualização e de identificação dos grupos e das suas respectivas terras, feitos por pesquisadores das instituições de ensino superior do Brasil, é um dos caminhos possíveis e que vem ganhado credibilidade aos olhos administrativos do Estado, mesmo assim fadado a possíveis perdas, pois a estrutura administrativa de um governo tem ações diferentes. São blocos distintos, com visões bem diferentes. Os maiores perdedores ainda são os grupos, que não têm clareza de como a **máquina** funciona, sentem-se desamparados e descrentes diante de tantos pesquisadores que não trazem resultados esperados e de maneira rápida. Quando há ações ditas de governo, no fundo são ações individuais dentro da estrutura mais geral.

Não queremos ser pessimistas, pois hoje temos uma radiografia desse mundo quilombola e negro do nosso país e vemos, através dela, o quanto ainda precisamos estudar sobre o tema. Temos que escrever a história que está protegida na memória do negro, muitas vezes, acusado de ser um povo sem memória.

O brasileiro tem memória, mas cada um guarda aquilo que faz sentido à sua vida. A MEMÓRIA não é uma caixa sem fundo, onde tudo é armazenado sem nenhum critério. A memória é seleta, a todo momento se estabelecem escolhas: o que guardar e o que pode ser jogado fora? No caso das comunidades negras existe ainda um agravante, nada foi escrito. A oralidade e a memória são os únicos meios que eles têm para preservar a sua história, pois a grande maioria dos negros não conhece as letras, não frequenta a escola, ou, quando muito, tem conhecimento das letras, mas nesse caso são impossibilitados de lerem ou escreverem de forma fluente. Quantos alunos do grupo escolar vão às escolas maiores e com mais estruturas? Muito poucos... Os outros alunos estarão reproduzindo o que seus pais e seus avós fizeram- guardam na memória a sua história. Essa história que só agora está sendo ouvida, mesmo assim há críticas dos próprios acadêmicos- quando esses exigem a verdade absoluta., pois a verdade da comunidade não corresponde à verdade oficial. Felizmente, tal visão está mudando, mas ainda temos um longo caminho a percorrer, o desafio é instigante. Ainda dentro desse quadro, vemos os mais velhos sendo respeitados pela comunidade, pois são eles mais experientes e com mais sabedoria. A sabedoria e as histórias são contadas às crianças de forma coletiva, pelo personagem presente: a história é presente. Da mesma forma que os clássicos da história faziam, melhor dizendo, os gregos. O mundo moderno perdeu essa forma de manter e preservar a sua história, porque ela produz e guarda a história como deseja, sem entraves ou vigilâncias discriminatórias, utilizando todos os mecanismos possíveis e imagináveis. Enquanto outras categorias sociais, como negros e índios, têm um único meio, a memória. A forma de guardar a sabedoria é com a música, com a dança, com o contar, com a

religião. O silêncio para os de fora da comunidade de remanescente dos quilombos pode ser sentido como a forma dela não ser invadida.

Depoimentos

Relação dos nomes dos entrevistados, em outubro de 1997.

Moradores de Muquém.

Benedito, Manuel Pedro, Manuel Delfino, Maria do Carmo e Marinalva.

Notas

* Professora do Departamento de História da UFAL; Vice-Diretora do NEAB/AL; trabalhando com história oral.

¹

A entrevistada vende a sua cerâmica na feira de União dos Palmares.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, V. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Instituto de Documentação, FGV, 1990.

ANJOS, Rafael. **Catálogo geográfico itinerante: A África, o Brasil e os territórios quilombolas**. Brasília: UNB, 2005

CORREIA, C. H. P. **História Oral: teoria e técnica**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1978.

JOUTARD, P. **Esas vocês que nos llegan Del pasado**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

LANG, B. S. G. Et.al. **História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU**. São Paulo: Humanitas, 1998.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FERREIRA, M. M. (org.). **História oral e multidisciplinaridade**, Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

FERREIRA, M. M. et.al. **Entrevistas: abordagens e uso da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

MEIHY, J. C. S. B. (Org.). **Re introduzindo a história oral no Brasil: 1º Encontro regional de história oral**. São Paulo: FFLCH/Xamã, 1996. projeto História, "Ética e história Oral", n. 15, Abr/97.

Revisita Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, Vol. 13, set.92/ago./93.

ALBERTI, V. "**Obras coletivas de história oral**", Tempo, vol.2, n. 3, jun/97, p.206-219.

FERREIRA, M. "Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso Brasil", in **História, antropologia y Fuentes orales** (até o n. 13).